

RECURSO ADMINISTRATIVO

Processo: Concorrência Eletrônica nº 90010/2025

Órgão: Prefeitura Municipal de Nova Esperança do Sudoeste – PR

Recorrente: CONSORA CONSTRUTORA LTDA – CNPJ 46.812.148/0001-21

Recorrida: FELIPE RUARO CONSTANTINO LTDA – CNPJ 26.690.308/0001-08

Ao

Setor de Licitações

Prefeitura Municipal de Nova Esperança do Sudoeste – PR

A empresa CONSORA CONSTRUTORA LTDA, já devidamente qualificada, apresenta RECURSO ADMINISTRATIVO contra a habilitação da empresa FELIPE RUARO CONSTANTINO LTDA, com fundamento na Lei nº 14.133/2021 e no edital da Concorrência Eletrônica nº 90010/2025, pelos fatos e fundamentos a seguir expostos.

I – DOS FATOS

A empresa habilitada apresentou diversas Certidões de Acervo Técnico (CATs), porém nenhuma delas foi acompanhada de atestado, contrariando diretamente o item 7.5.3.1 do edital, o qual exige:

“Atestado(s) emitido(s) pela pessoa jurídica contratante, acompanhado(s) de CAT, comprovando a execução de Construção de Quadra de Esportes (areia), com área mínima de 341,15 m².”

Verifica-se ainda que a maior parte das CATs foi emitida por pessoa física (CPF), e não por pessoa jurídica, o que contraria o próprio edital. Ademais, as atividades registradas limitam-se a pequenas reformas, pinturas, manutenções e serviços residenciais, não havendo qualquer natureza esportiva ou metragem compatível com o exigido.

Nenhum documento comprova construção, implantação ou obra semelhante à exigida. Tampouco há comprovação da metragem mínima de 341,15 m². Assim, constata-se que a empresa habilitada não atende a nenhum dos requisitos técnicos mínimos.

II – DO DESCUMPRIMENTO DO ITEM 7.5.3.1 DO EDITAL

O edital exige, cumulativamente, a apresentação de atestado emitido por pessoa jurídica contratante, acompanhado de CAT correspondente, comprovando a execução de obra de construção ou implantação de quadra de esportes, com área mínima de 341,15 m², ou obra semelhante, desde que compatível em natureza, porte e finalidade.

CNPJ: 46.812.148/0001-21

Email: consoraconstrutora@gmail.com

Rua Luis Manfroí Nº 71 – Sala 67, Loteamento Cadore

Salto do Lontra - Paraná, CEP: 85670-000

Celular: (46) 99114-6935

A empresa habilitada não apresentou atestado, não comprovou obra esportiva, e não comprovou a metragem mínima exigida.

O descumprimento é completo.

III – DA PREVISÃO LEGAL ACERCA DOS ATESTADOS

A Lei nº 14.133/2021 também estabelece critérios para comprovação da capacidade técnico-operacional.

O art. 67, caput, dispõe:

“I - apresentação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, quando for o caso, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, para fins de contratação;”

Assim, a legislação federal exige:

- atestados, e não apenas CATs;
- prova de obra concluída e compatível;
- quantificação mínima para avaliação técnica.

Logo, CAT desacompanhada de atestado não atende ao edital, nem à Lei nº 14.133/2021.

IV – DA AUSÊNCIA DE ATESTADOS – FALHA INSANÁVEL

A CAT não substitui o atestado. O atestado é o documento hábil para comprovar:

- quantitativos executados;
- compatibilidade técnica com o objeto licitado.

Sem atestado não há comprovação de que a obra é semelhante ao objeto da licitação. A falha é material e insanável, ultrapassando a esfera formal.

V – DA INCOMPATIBILIDADE DAS OBRAS APRESENTADAS

As CATs apresentadas pela empresa dizem respeito exclusivamente a pinturas, reformas internas, reparos residenciais, adequações simples e serviços de baixa complexidade. Tais serviços não correspondem à construção de quadra, implantação de área esportiva,

obra semelhante ou qualquer obra pública com natureza técnica compatível com o objeto licitado. Para fins de qualificação técnico-operacional, consideram-se obras semelhantes aquelas relacionadas à execução de equipamentos esportivos, tais como construção de quadras (concretas, sintéticas ou de areia), implantação de campos esportivos, áreas de lazer e demais estruturas destinadas à prática esportiva. Os serviços apresentados pela empresa recorrida, entretanto, não se enquadram em nenhuma dessas categorias, razão pela qual não demonstram a experiência mínima exigida pelo edital.

Não há qualquer relação entre os serviços apresentados e o objeto licitado.

VI – DA CAT QUE MENCIONA “QUADRA”, MAS QUE SE REFERE SOMENTE À MANUTENÇÃO

Uma das CATs menciona o termo “quadra”. Contudo, ao analisar o conteúdo, percebe-se que se trata apenas de remoção de pintura, aplicação de tinta e demarcação de linhas e alambrado.

Não houve construção, implantação, obra nova ou qualquer atividade que demonstre experiência em execução de quadras de esportes. Não há metragem mínima, descrição técnica ou semelhança com o objeto licitado.

A mera menção ao local dos serviços não comprova capacidade técnico-operacional.

VII – DO PREJUÍZO À ISONOMIA E À COMPETITIVIDADE

É provável que diversas empresas deixaram de participar do certame exatamente por não possuírem o acervo técnico específico exigido pelo edital. Caso a Comissão aceite documentos inadequados, emitidos por pessoa física, sem atestado e sem natureza esportiva, estar-se-á violando a isonomia, o julgamento objetivo e a vinculação ao instrumento convocatório.

A aceitação de documentação irregular prejudica empresas que cumpriram rigorosamente as exigências e beneficia aquelas que não possuem acervo técnico. A interpretação das exigências de habilitação, nos termos do art. 63, §1º da Lei nº 14.133/2021, deve ser sempre a mais restritiva, não podendo ocorrer flexibilização.

VIII – DO JULGAMENTO OBJETIVO

O art. 5º da Lei nº 14.133/2021 determina que o julgamento deve observar estritamente os critérios objetivos do edital. A habilitação da empresa em questão contraria os princípios da legalidade, da isonomia e da vinculação ao edital, visto que não houve com-

provação de obra semelhante, tampouco de construção de quadra ou metragem mínima, muito menos apresentação de atestado.

IX – DO PEDIDO

Diante do exposto, requer:

1. A inabilitação da empresa FELIPE RUARO CONSTANTINO LTDA, pelo descumprimento do item 7.5.3.1 do edital e dos arts. 5º, 63 e 67 da Lei nº 14.133/2021.
2. A convocação da próxima colocada, conforme a ordem classificatória.
3. A observância integral dos princípios legais aplicáveis e das regras editalícias.

Termos em que,
Pede deferimento.

Salto do Lontra, 21 de novembro de 2025.

CONSORA CONSTRUTORA LTDA
CNPJ 46.812.148/0001-21
FÁBIO ROBERTO SORANSO
ADMINISTRADOR
CPF 095.599.139-05
RG 10.226.276-0
ENGENHEIRO CIVIL CREA-PR 162.728/D